

APÊNDICE IV AO TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO nº 07/2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A necessidade da contratação encontra amparo na Portaria nº 483, do EME, de 23 de novembro de 2016, que cria o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM); na Portaria nº 030 do EME, de 21 de fevereiro de 2020, que define as condições de funcionamento do curso de Pós-Graduação em Administração Pública; na Portaria nº 070 do Cmt Ex, de 2 fevereiro de 2017 que revoga a Portaria nº 395 a partir de 1º janeiro de 2018; na Portaria nº 251 DECEEx, de 12 de novembro de 2018, que aprova as Instruções Reguladoras para a Inscrição, a Seleção e a Matrícula no Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (EB60-IR16.003), 1ª Edição, 2018, e na Portaria nº 082 DECEEx, de 9 de abril de 2019, que aprova as Instruções Reguladoras para a Organização e o Funcionamento do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (EB60-IR-16.004), 1ª Edição, 2019, as quais trazem que o referido curso visa atualizar e ampliar a capacitação profissional dos oficiais superiores do Exército Brasileiro (EB), não possuidores do Curso de Altos Estudos Militares, para o exercício de funções de assessoramento de estado-maior e chefia de organizações militares, especificadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), e possibilitar aos referidos oficiais a obtenção do título de pós-graduação em áreas universitárias de interesse da Força.

1.2 O referido curso visa a desenvolver no público alvo competências para ocupar cargos e desempenhar funções de assessoramento nas áreas de gestão de pessoal, de finanças e de material nas organizações militares, órgãos de direção geral, setorial e de apoio, permitindo que possam obter crescimento pessoal e profissional continuado, potencializando o seu desempenho funcional.

1.3 Além dos aspectos descritos acima, justifica-se a contratação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) tendo em vista a previsão de tal medida administrativa nas portarias de criação e funcionamento do Curso e, ainda, que a EsFCEx não possui, em Quadro de Lotação de Pessoal Militar (QLPM), os cargos/funções de professor-tutor e tutor, profissionais

especializados no trabalho de educação à distância, que poderiam conduzir/coordenar o curso EAD em Gestão em Administração Pública, portanto não possui a categoria funcional abrangida pelo seu plano de cargos.

2. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

2.1 Por se tratar de um curso na modalidade de ensino a distância, deve-se prever ao máximo a não utilização de material impresso, priorizando no módulo EAD a utilização do ambiente virtual com documentação digitalizada, links à conteúdos de bibliotecas digitais e exercícios *on line*. As provas ou avaliações deverão ser em ambiente virtual contemplando programas que propiciem a sua solução e correções sem necessidade de impressão.

2.2 A IES a ser contratada deverá seguir as legislações ambientais e de acessibilidade conforme as exigências do Ministério da Educação e demais órgãos de regulação.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 A IES a ser contratada deverá possuir curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Gestão da Administração Pública, em curso regular na modalidade EAD autorizado pelo Ministério da Educação.

3.2 Em levantamento especificado no Item 6., foi verificado a existência de várias contratações similares, conforme documentação anexa.

3.3 Existem, em âmbito Nacional, diversas instituições de ensino, tanto públicas como privadas, autorizadas e capacitadas ao desenvolvimento do objeto de contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Tendo em vista a imposição legal da Portaria nº 483, do EME, de 23 de novembro de 2016, não resta outra solução senão a contratação de IES para a aplicação de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Administração Pública, na modalidade à distância (EAD).

4.2 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo.

4.2.1 O curso em Gestão em Administração Pública, integra a Linha de Ensino Militar Bélico, no grau superior e de pós-graduação *lato sensu* de especialização. Tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, com a carga horária de 460 horas na fase EAD. A duração dos 24 meses será distribuída da seguinte maneira:

- a. 12 (doze) meses iniciais, contados a partir do início do desenvolvimento do curso pela IES, empregados para o ensino EAD das disciplinas curriculares, inclusive a entrega, por parte dos alunos, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e

b. no período dos 12 (doze) meses subsequentes, em 2 (duas) datas distintas a serem propostas pela contratante, a apresentação ou defesa presencial individual do TCC pelos alunos, na EsFCEx, com no mínimo três bancas examinadoras, formada por 3 (três) professores da IES (cada), sendo dois com no mínimo mestrado. Em até 40 dias após o final da atividade de apresentação ou defesa e dos serviços técnicos profissionais, deverá ocorrer a entrega do Certificado de Conclusão do Curso, pela IES.

4.2.2 A presente contratação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da assinatura do contrato.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1 O objeto contempla a contratação de IES para a aplicação de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Administração Pública, na modalidade à distância (EAD). A escolha desse grau de estabelecimento de ensino foi feita por imposição da legislação que regula o curso.

5.2 A demanda de 112 (cento e doze) militares do Exército Brasileiro é imposta pelo Estado-Maior do Exército, o qual fixa os efetivos de alunos a serem matriculados no citado curso, a cada ano. Neste caso, o efetivo foi determinado por intermédio da Portaria nº 086, EME, de 20 de maio de 2020, publicada no Boletim do Exército nº 22 de 29 de maio de 2020, a qual altera a Portaria nº 347, EME, de 8 de novembro de 2019, que aprovou o Plano de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2021 (PCE-EB/2021).

5.3 Os Oficiais Alunos para o curso em tela serão selecionados pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP) e as condições de seleção e matrícula foram divulgadas por intermédio do INFORMEX nº 027 de 1º de junho de 2020, com chancela do Comandante do Exército.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1 O preço de referência foi baseado em pesquisa de preço junto a Instituições de Ensino Superior (anexo ao processo), em conformidade com inciso IV, do Art 5º da IN 73, de 5 Ago 20.

6.2 Foi realizada, também, pesquisa por Painel de Preços, em processos similares (anexo ao processo), os quais demonstram a compatibilidade e coerência entre as propostas obtidas na pesquisa junto aos fornecedores (IES), não havendo preços abusivos ou inexequíveis, tudo em conformidade com inciso I do Art 5º da IN 73, de 5 Ago 2020.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

7.1 Apesar de existirem 9 (nove) Disciplinas Curriculares e 1 (um) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) os mesmos fazem parte de um todo único, ou seja, um único curso. Não há possibilidade ou viabilidade técnica de uma disciplina ser ofertada por uma IES e outra disciplina por uma segunda IES, diferente da primeira. Para tal solução deveria existir, antes do processo de contratação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), um convênio entre duas ou mais IES que já contemplassem tais ofertas de disciplinas e um Certificado de Conclusão de Curso (ou Diploma) único. Tais convênios não foram encontrados no mercado e, mesmo que existam, não garantem ofertar as disciplinas exigidas para o curso em tela.

7.2 Em face do acima exposto, a licitação em tela tem por escopo um objeto único o qual não poderá ser parcelado em itens. Não é possível dividir o Certame em itens, pois os mesmos são inviáveis de serem conduzidos individualmente por IES diferentes uma vez que fazem parte indivisíveis de um único curso.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

8.1 Não se aplica a esta contratação.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

9.1 A contratação deste serviço tem amparo legal na Portaria nº 483, do EME, de 23 de novembro de 2016, que cria o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), e na Portaria nº 030, do EME, de 21 de fevereiro de 2020. o planejamento da previsão do curso encontra amparo na Portaria nº 086, EME, de 20 de maio de 2020, publicada no Boletim do Exército nº 22 de 29 de maio de 2020, a qual altera a Portaria nº 347, EME, de 8 de novembro de 2019, que aprovou o Plano de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2021 (PCE-EB/2021).

9.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

10.1 Com a contratação do objeto licitado, espera-se a especialização de Oficiais Superiores em Administração Pública, habilitando-os a realizar a 2ª Fase do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM) nas instalações na Escola de Formação Complementar do Exército, nesta cidade.

10.2 Tal contratação otimiza a utilização da mão de obra militar, recursos materiais e financeiros, delegando a especialização *lato sensu* a uma Instituição de Ensino Superior, altamente capacitada, e portadora de toda infraestrutura necessária, deixando para a EsFCEx, a realização da fase presencial do curso.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

11.1 A contratação dos serviços técnicos profissionais especializados, de uma Instituição de Ensino Superior (IES), pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), referentes ao aperfeiçoamento de pessoal militar, a partir do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Administração Pública, deverá possuir um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com o cronograma físico-financeiro de execução, anexos ao Termo de Referência.

11.2 Deverão ser constituídos um Gestor e um Fiscal de Contrato com experiência comprovada e conhecimento do curso a ser contratado.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

12.1 Por se tratar de um curso de pós-graduação na modalidade de ensino a distância, não há impactos ambientais previstos na contratação em tela. Todavia, com o intuito de reduzir ao máximo a proliferação de resíduos sólidos, deverão ser exigidas nas cláusulas contratuais o uso de tecnologias de materiais digitais e recursos informatizados para aulas, provas e exercícios em ambiente virtual.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 A contratação dos serviços técnicos profissionais especializados, de uma Instituição de Ensino Superior (IES), pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), referentes ao aperfeiçoamento de pessoal militar, a partir do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Administração Pública, se mostra viável, pois atende aos parâmetros de economicidade e eficiência.

13.2 Em face do histórico de contratações, da aplicabilidade dos recursos humanos e financeiros e da previsão em legislação, é razoável a solução de contratação do objeto em tela.

14. ANEXOS

14.1 Anexo “A” - Relatório de Pesquisa de Preços, datado de 21 de agosto de 2020;

14.2 Anexo “B” - Cronograma Físico-Financeiro; e

14.3 Anexo “C” - DIEx nº 2650-Log/Sec Log Fin/Ch Gab (EB:65337.007102/2020-51), de 21 de agosto de 2020, da Diretoria de Educação Superior Militar.

Salvador-BA, 24 de agosto de 2020.

PIETRO CARLO HAINE STEFFEN – CEL
Chefe da Divisão de Ensino da EsFCEx